



## *Câmara Municipal de Aracruz*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Redação

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Proposição:** Projeto de Decreto Legislativo nº 101/2025.

**Ementa:** Concede o Título de Cidadão Aracruzense ao senhor: Artur Henrique dos Santos.

**Autoria:** Poder Legislativo – Vereador Vilson Benedito de Oliveira.

**Relator:** Vereador José Gomes dos Santos.

#### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo tramitando nesta casa legislativa, distribuído à relatoria deste Vereador, no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, para que, dentro de suas atribuições, possa opinar sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do supracitado projeto que concede o “Título de Cidadão Aracruzense” ao senhor Artur Henrique dos Santos.

#### II – DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nos termos do artigo 70, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação a análise dos aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições.

Ainda, conforme preconizado no artigo 70, inciso I, alínea “e” do mesmo diploma legal, à “Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade de matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno”.

Desta forma cabe a esta comissão a análise do presente projeto de Decreto Legislativo em comento.

#### III – DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE

Especificamente quanto a constitucionalidade material e formal, não vislumbro qualquer violação a princípios ou regras de ordem constitucional ou legal, nem ainda incompatibilidade com as normas infraconstitucionais que regulam a matéria.

Isso porque, a elaboração de projeto de decreto legislativo é matéria de competência exclusiva da Câmara Municipal, nos termos do artigo 35, § 1º, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, senão vejamos:

*Art. 35. Os decretos legislativos e as resoluções são atos da competência exclusiva da Câmara Municipal.*



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 330039003100379936003A00540952004109. Documento assinado digitalmente.

Professor Lobo, 550 - Centro - Aracruz - ES - CEP 29.190-062 - Tel: (27) 3256-9491 - Site: [www.aracruz.es.leg.br](http://www.aracruz.es.leg.br)  
Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação - (27) 3256-9461 - CNPJ: 39.616.891/0001-40 - E-mail: [legislativo@aracruz.es.leg.br](mailto:legislativo@aracruz.es.leg.br)



## *Câmara Municipal de Aracruz*

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Redação**

*§ 1º O decreto-legislativo destina-se a regular matérias que excedam os limites da economia interna da Câmara Municipal, tais como:*

*[...]*

*VI - Concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;*

No mesmo sentido reza o regimento interno, em seu artigo 152, inciso IV:

*Art. 152. Os Decretos Legislativos e as Resoluções são atos de competência exclusiva da Câmara Municipal.*

*IV - concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;*

### **IV – DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO**

Por se tratar de projeto de decreto legislativo deve ser observada votação secreta, conforme esculpido no artigo 233, inciso III, do Regimento Interno desta Casa Augusta de Leis.

### **V – DA TÉCNICA LEGISLATIVA**

A Constituição Federal estabeleceu, no parágrafo único do seu artigo 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis, o que se consumou com a promulgação da LC nº 95/98.

Tal norma atendeu tais preceitos e estabeleceu diretrizes para a organização do ordenamento jurídico. Analisando o projeto de decreto legislativo, observo que a proposição está em conformidade com a referida norma.

### **VI – CONCLUSÃO (VOTO DO RELATOR)**

Ante o todo o anteriormente exposto, nos termos da fundamentação lançada neste parecer, entendo que o Projeto de Decreto Legislativo nº 101/2025, de autoria do Vereador Vilson Benedito de Oliveira, está em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro, razão pela qual esta Relatoria se manifesta pela CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE.

Aracruz/ES, 21 de outubro de 2025.

José Gomes dos Santos (LULA)

Vereador - PSB



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o identificador 330039003100379935003A00540952004109. Documento assinado digitalmente.

Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação - (27) 3256-9461 - CNPJ: 39.616.891/0001-40 - E-mail: [legislativo@aracruz.es.leg.br](mailto:legislativo@aracruz.es.leg.br)

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 330039003100370035003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **JOSÉ GOMES DOS SANTOS** em 22/10/2025 12:54

Checksum: **94859D7BD65230757BEFC3AA8BCB979B7BE18123D428BDBC4D144A39571353A2**

Assinado eletronicamente por **JOSÉ EDILSON SPINASSÉ** em 22/10/2025 13:05

Checksum: **BC0645ECF337618E2EFED779D1EBB4E5C204EB32922888A3EA220120D865F8C3**

Assinado eletronicamente por **GUSTAVO ROSSONI BARCELOS** em 22/10/2025 14:19

Checksum: **4524A1BC85EF10030798CDA223A12F7C92FDB5ABC0B9B57FE1897483B6EA3A83**

